

EDUCAÇÃO POPULAR E PEDAGOGIA DECOLONIAL: ENTREVISTA COM DANILO ROMEU STRECK

Daniilo Romeu Streck possui graduação em Letras pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1972), mestrado em Educação Teológica pelo Princeton Theological Seminary (1975) e doutorado em Fundamentos Filosóficos da Educação pela Universidade de Rutgers - State University of New Jersey (1977). Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e no Max-Planck Institute for Human Development em Berlim. É professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, onde atua principalmente nos seguintes temas: educação popular, educação e exclusão social, mediações pedagógicas e processos participativos. Coordena o grupo de pesquisa Mediações Pedagógicas e Cidadania. Integrou o Comitê Assessor da área da Educação do CNPq (2013-2018) e o Comitê Assessor da área da Educação e Psicologia da FAPERGS (2013-2016). É editor executivo do *International Journal of Action Research* e professor colaborador no Programa de Doutorado Internacional em Pesquisa Ação na Sabanci University em Istambul (Turquia). Em 2019, recebeu o Prêmio Pesquisador Gaúcho (destaque em Educação) da FAPERGS.

- Entrevistadores: Tiago Zanquêta de Souza e Gercina Santana Novais

Assim como Paulo Freire, o senhor tem se empenhado na crítica necessária ao projeto colonizador. O que poderia nos dizer a respeito da Pedagogia Decolonial na América Latina, especialmente no Brasil, em tempos de tentativas de destruição da democracia e da escola pública e laica e para todos e todas?

Daniilo Romeu Streck: Agradeço a oportunidade que me concedem para compartilhar algumas ideias neste número especial sobre o tema “O uno e o diverso nas tramas da Educação Popular”. A pergunta foi formulada e enviada para mim antes da explosão da COVID-19 no mundo, uma doença que está desafiando a humanidade a repensar muitas coisas sobre o que sabia de si ou pensava que sabia. A palavra *destruição* mencionada na sua pergunta assume nesses dias um caráter ainda mais abrangente e profundo e nos leva às primeiras páginas de *Pedagogia do oprimido* onde Paulo Freire (1981), no fim da década de 1960, chamava atenção para a “dramaticidade da hora” e a descoberta de que as pessoas pouco sabem de si e de seu “posto no cosmos”. O coronavírus, ao ceifar milhares de vidas e colocar à prova o tão celebrado sistema-mundo atual, nos lembrou de nossa fragilidade como indivíduos e como humanidade.

O que isso tem a ver com a tentativa de destruição da democracia e da escola pública e de outras conquistas sociais que está em curso em nosso país? A meu ver, a relação está no fato de que vemos na democracia uma forma de

convivência com os outros e de organização como sociedade que garante este espaço de questionamento sobre o que somos e sobre o que fazemos e, entre consensos e conflitos, a busca de soluções para o nosso desenvolvimento como pessoas e como sociedade. Assim como hoje se prega a vigilância para o controle deste vírus e de outros que estão aí ou que ainda virão, também se pode dizer que a democracia exige esta mesma vigilância. A escola pública e laica, por seu turno, é uma das conquistas da democracia liberal moderna que representa uma espécie de termômetro do funcionamento de uma democracia porque a escola ainda é o lugar onde a sociedade – bem ou mal – projeta o seu futuro através da formação de seus cidadãos e suas cidadãs. Temos hoje uma disputa aberta sobre a formação da cidadania em termos do que pode ou não pode ser ensinado, quem pode ensinar o quê e onde determinados conteúdos devem ser ensinados. Há evidentes riscos nesse movimento, mas podemos ver também uma oportunidade de “desnaturalizar” o que se costuma fazer na escola porque sempre se fez assim.

Entre outras coisas, é uma oportunidade de questionar o que hoje se chama colonialidade (do poder, do ser, do saber) e, respectivamente, descolonizar nossos currículos e nossas práticas em sala de aula e também na pesquisa. Em que pese políticas neocolonizadoras e ameaçadoras da democracia muitas vezes transvestidas de inovação tecnológica, é possível criar espaços de transgressão dessa lógica.

O senhor se debruçou, por um longo período, ao estudo do legado histórico de homens e mulheres, na América Latina, que pensavam a produção do conhecimento desde o Sul e para o Sul. O que o senhor poderia nos dizer a respeito deste legado?

Daniilo Romeu Streck: Ao conhecer um pouco dessa vasta realidade política e social que chama de América Latina fui me dando conta de minha ignorância em relação às pedagogias existentes nesse grande território, onde o uno e diversos estão materializados. Há uma enorme diversidade de experiências que compartilham, muitas vezes sem se conhecerem, o horizonte de emancipação da herança colonial e a luta por justiça e solidariedade em sociedades com alto grau de desigualdade, de opressões e exclusões. Essas experiências têm uma história que em grande parte é desconhecida. No caso do Brasil, o que nós conhecemos dos movimentos pedagógicos emancipatórios no próprio país e de outros países? As pedagogias de sobrevivência, resistência e reinvenção da vida dos escravos em suas senzalas ou dos indígenas expulsos de seu habitat? Dos trabalhadores em sua luta por direitos ou das mulheres em sua luta por reconhecimento?

Ao olhar a nossa realidade pedagógica nessa perspectiva, vemos que estamos diante de um vasto campo a ser reconstruído. A historiadora argentina Adriana Puiggrós fala que devemos povoar a nossa história. Quem sabe não se trata tanto de um vazio a ser povoado, mas de disputar este espaço ocupado com outras histórias. É isso que o trabalho com fontes da pedagogia latino-americana significa para mim e ao longo do percurso foi revelando uma imensa reserva de

memória para impulsionar a imaginação e criação de novos futuros para a educação e para a sociedade.

Em se tratando das pesquisas no campo da Educação, especialmente vinculadas aos pressupostos da Educação Popular, como o senhor tem percebido a contribuição de pesquisas metodologicamente apoiadas na pesquisa-ação ou na pesquisa participante, nos últimos anos?

Danilo Romeu Streck: A Educação Popular enquanto a dimensão pedagógica do movimento da sociedade em busca da possibilidade do “ser mais” para todos, é também ao mesmo tempo um processo de criação de conhecimento. Por isso, é difícil dissociar a Educação Popular da Pesquisa Participante, da *Investigación Acción Participativa* e mais recentemente da Sistematização de Experiências. Olhando essas metodologias participativas em âmbito internacional, vemos que elas coincidem com a crítica à ciência social de cunho positivista que ao isolar variáveis para análise, não consegue dar conta da complexidade da vida em sociedade e do comportamento humano. Por exemplo, o termo pesquisa ação foi cunhado por Kurt Lewin em um artigo de 1946 e desde então a pesquisa com o envolvimento direto dos sujeitos foi se espalhando em vários países da Europa, tendo encontrado um campo fértil no mundo do trabalho.

As pesquisas em Educação, como sabemos, utilizam-se principalmente de um conjunto de metodologias qualitativas que, embora procurem apreender os fenômenos de uma maneira mais abrangente não necessariamente rompem com a posição dicotômica de pesquisador-pesquisado (mesmo que se mude o nome dos últimos para sujeitos). Carlos Rodrigues Brandão (2014) definiu esta distinção de maneira muito didática quando diz que na pesquisa clássica de cunho positivista eu confio no instrumento para produzir resultados confiáveis; na pesquisa qualitativa confio em mim como alguém que, na relação com o outro, produz conhecimento válido; na pesquisa participante confio no outro como alguém que, junto comigo e a partir de suas necessidades e condições, produz conhecimento válido e relevante. Esses tipos de envolvimento com a pesquisa não são mutuamente excludentes, mas o último postulado traduz uma diferenciação epistemológica fundamental e que representa um desafio também para a pesquisa em Educação. Ou seja, o fato de confiar no outro como coprodutor de conhecimento comigo não me exime, como pesquisador, de ter instrumentos confiáveis e de desenvolver a capacidade de autoconsciência de minhas limitações, meus pressupostos e eventualmente preconceitos ou de meus interesses pessoais e profissionais.

A seu ver, o trabalho de Paulo Freire tem se tornado referência teórica e metodológica na pesquisa em Educação?

Danilo Romeu Streck: Meu trabalho como editor executivo da revista *International Journal of Action Research* e mais recentemente como docente em um seminário sobre variedades de pesquisa ação em um programa internacional de Doutorado em Pesquisa Ação sediado em Istambul me levou a conhecer um vasto conjunto de experiências muito semelhantes em diversas partes do

mundo. Entre as muitas referências internacionais a América Latina comparece com dois nomes: Orlando Fals Borda e Paulo Freire. O que caracteriza e distingue a sua presença é o compromisso ético-político com a transformação social a partir dos setores marginalizados da sociedade. De Paulo Freire o livro citado é, com muita razão, a *Pedagogia do oprimido* onde ele explicita a investigação dos temas geradores como uma tarefa eminentemente dialógica não só com o “campo empírico”, mas também entre profissionais de diferentes áreas.

Uma análise de teses e dissertações em algumas universidades do Rio Grande do Sul revelou que apenas uma pequena parcela das pesquisas tem Paulo Freire como uma referência metodológica (STRECK; PITANO; STECANELLA, 2018). Naquelas que utilizam Paulo Freire como referência transparece a assunção da não neutralidade da pesquisa e o posicionamento ético-político dos autores. Entre os aspectos destacados estão os seguintes: que o “vir a ser mais” como princípio ontológico implica também uma construção epistemológica distinta; que a leitura do mundo é condição para as escolhas que se fazem na pesquisa; que a pesquisa se dá na e através da dialética ação-reflexão; que o diálogo é condição para a geração de conhecimento social e academicamente responsável e relevante; que a rigorosidade está relacionada com o desenvolvimento da “curiosidade epistemológica”.

Voltando à sua pergunta, pelo que se percebe no conjunto das pesquisas em Educação Paulo Freire não é referência frequente como fonte para a metodologia. Por outro lado, há evidências nas pesquisas onde ele está sendo usado que há uma busca de formas não apenas inovadoras, mas transgressoras dos parâmetros acadêmicos “normais” de produzir conhecimento, com a pesquisa introduzindo um movimento de problematização e reflexividade na e a partir da própria ação.

Recentemente, o senhor organizou o livro “Paulo Freire: uma arqueologia bibliográfica”, em parceria com Sandro de Castro Pitano e Cheron Zanini Moretti (2019). O que poderia nos dizer a respeito desta arqueologia bibliográfica?

Daniilo Romeu Streck: Este livro foi resultado de um projeto de pós-doutorado que o Sandro desenvolveu em nosso grupo de pesquisa “Mediações pedagógicas e cidadania” sediado na Unisinos, mas com a participação de colegas de várias universidades. A pesquisa se situa no contexto da pesquisa sobre Paulo Freire no Rio Grande do Sul, que por sua vez está vinculado a um projeto de âmbito nacional liderado por Ana Maria Saul, da PUC de São Paulo, e do trabalho desenvolvido anteriormente sobre conceitos na obra de Paulo Freire e que se encontra no *Dicionário Paulo Freire*, agora já na quarta edição revista e ampliada (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2019). Ao olhar o conjunto de produções sobre Paulo Freire, podemos identificar um grande número de livros, teses, dissertações e artigos que tratam de aproximações pontuais das articulações teóricas de Paulo Freire: com Marx, com Rousseau, com Habermas, com Dewey e tantos outros. Queríamos obter uma visão mais abrangente de suas referências: o que são essas referências, quando ele as utiliza em suas obras e em que contexto argumentativo são inseridas? Foi um enorme mutirão

de pesquisa no qual todas as obras foram lidas, as referências identificadas e depois organizadas em tabelas. Essas, por sua vez, serviram de base para a elaboração de verbetes para os quais foi alocado determinado espaço em função do grande número de referências.

No total são mais de 500 referências de áreas muito distintas como alfabetização, antropologia, artes, biologia, direito, economia, filosofia, física, história, linguística e literatura, política, psicologia, sociologia, religião e evidentemente educação e educação popular. Além disso, há nomes que não se encaixam em nenhuma dessas disciplinas estabelecidas. Foi para todos nós que participamos do projeto uma grande experiência de aprendizagem em dois sentidos. Uma vez, por poder ter uma visão panorâmica das “andarilhagens”¹ teóricas de Paulo Freire e evitar enquadramentos simplificadores de sua obra. Em segundo lugar, por ver nele um exemplo de como a postura dialógica se concretiza na reflexão da prática e na elaboração teórica, com abertura para interagir com outros para alargar e tornar mais densos seus argumentos, bem como para ter mais clareza em seus posicionamentos. Convém lembrar que se trata de um livro de referência para estudos e pesquisas, no qual não foi possível uma explicitação maior de cada um dos nomes citados. Abre-se assim a possibilidade para muitos outros estudos.

Voltando nossos olhares para a escola pública, o senhor percebe a presença, no interior desta escola, do legado de Paulo Freire, ou mesmo da Educação Popular por ele apregoada?

Daniilo Romeu Streck: Não tenho o conhecimento para falar da presença de Paulo Freire na escola pública em geral. Acredito que esta “escola pública geral” nem mesmo exista, dadas as diferenças entre os diversos sistemas, as regiões com instituições formadoras de professores com abordagens teóricas próprias, entre outros fatores. Quem sabe ela até exista na cabeça daqueles que hoje - por ingenuidade, ignorância ou esperteza - pretendem pôr as deficiências da educação brasileira nas contas da obra de Paulo Freire e de suas ideias pedagógicas. Pelo pouco que conheço e nos lugares por onde ando, encontro muitos educadores e educadoras que buscam em Paulo Freire um apoio teórico-prático para o seu trabalho. Isso vale também para a Educação Popular, que a despeito de políticas adversas ao “popular”, penetra no ambiente escolar, às vezes com práticas invisíveis ou invisibilizadas.

Posso dar um exemplo de meu município, São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde há aproximadamente 10 anos foi instituído o Prêmio Paulo Freire. Há premiação para trabalhos de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, EJA e educação não escolar. Tanto o lançamento quanto a premiação são realizados em cerimônias públicas com a presença de autoridades municipais, diretoras, professoras e alunos (setes na cerimônia de premiação). Através dos trabalhos que concorrem para a premiação é possível ver que há em muitas escolas e instituições um comprometimento com práticas alinhadas com Paulo Freire e que são ocultadas por críticas genéricas à escola pública.

¹ Ver o verbete “Andarilhagem” no *Dicionário Paulo Freire* escrito por Carlos Rodrigues Brandão.

Acredito que práticas semelhantes às de São Leopoldo podem ser encontradas na maioria dos municípios, atestando que as ideias de uma educação problematizadora e transformadora estão sendo recriadas por educadores e educadoras no anonimato de seu cotidiano.

Professor, na sua visão, o que é e como se dá a internacionalização da pesquisa em Educação, vinculada ao que preconiza a Educação Popular?

Daniilo Romeu Streck: O tema da internacionalização virou tema de quase todas as políticas de instituições de ensino superior. À primeira vista pode parecer que existe uma contradição entre Educação Popular e internacionalização. A meu ver, esta é uma visão equivocada tanto da Educação Popular quanto da internacionalização. Do ponto de vista da Educação Popular o equívoco está em entender que ela se restringe a grupos locais ou regionais e a lutas isoladas. Vemos hoje como os trabalhadores rurais se organizam internacionalmente na Via Campesina, como as mulheres se organizam na Marcha Mundial das Mulheres e também com os povos originários criam as suas articulações internacionais. Ou seja, os movimentos sociais populares, onde a Educação Popular se inspira e alimenta, tem hoje uma compreensão de que se necessita de uma visão ampliada de cidadania.

Do ponto de vista da internacionalização, precisamos desenvolver uma compreensão que supere a lógica mercantilista e instrumental que hoje serve de parâmetro da internacionalização. A Educação Popular tem uma experiência que vai ser muito relevante para isso. Tomemos como exemplo a própria obra de Paulo Freire que se desenvolve no diálogo com outras culturas, tendo como horizonte um mundo no qual todos possam viver com dignidade. A necessidade de construir esta visão alternativa de internacionalização assume hoje um caráter de urgência diante da necessidade de preservação das condições de vida no planeta que co-habitamos e da crescente desigualdade social nos países e entre os países.

Essa internacionalização implica também um movimento nosso enquanto pesquisadores. Somos, na maior parte, “consumidores” de pesquisas e de ideias produzidas no exterior. Não que seja errado apropriar-se de boas ideias, venham elas da Finlândia, da Coreia do Sul ou da China. O problema está em uma apropriação acrítica e descontextualizada pela falta de uma cultura de interlocução com as pesquisas internacionais. Precisamos capacitar-nos para isso, desde a competência linguística e a formação para uso de metodologias de estudos comparados internacionais até o trabalho integrado com pesquisadores de outros países em projetos de maior envergadura e alcance.

Por último, como no movimento de denúncia e anúncio, o que o senhor poderia nos anunciar em relação ao quefazer, em educação, desde a América Latina, especialmente desde o Brasil?

Daniilo Romeu Streck: É difícil responder essa pergunta sem transformar os “anúncios” em receitas. Quem sabe, o primeiro *quefazer* seja exatamente a

escuta ativa dos muitos anúncios que estão por aí e que passam despercebidos e assim confirmamos os discursos de terra arrasada em nossa educação. É o que procuro fazer modestamente em minha atividade de pesquisa, ou seja, potencializar aquelas práticas de caráter emancipatório que existem, muitas vezes de forma embrionária. Essas práticas estão nas salas de aula e em outros contextos educacionais, assim como elas estão nas finalidades e nas metodologias de pesquisa.

Desde o Brasil e América Latina, como aponte em vários lugares nessa conversa, temos uma rica herança pedagógica que pode nos inspirar para continuar reinventando a educação. Assim como a pedagogia do oprimido de Paulo Freire foi se transformando em pedagogia da esperança, pedagogia da autonomia, pedagogia da indignação e outras, precisamos inserir-nos crítica e criativamente nesse movimento que tem uma longa e bela história.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação popular e pesquisa participante: um falar algumas lembranças, alguns silêncios e algumas sugestões. In: STRECK, Danilo R.; SOBOTKA, Emil A.; EGGERT, Edla (Org.). **Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional**. Curitiba: CRV, 2014. p. 39-74.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LEWIN, Kurt. Action Research and Minority Problems. **Journal of Social Issues**, 2, 34-46, 1946.

STRECK, Danilo R.; PITANO, Sandro de Castro; STECANELA, Nilda. Paulo Freire como referência na pesquisa em educação. In: MORETTI, Cheron Zanini; STRECK, Danilo Romeu; PITANO, Sandro de Castro (Org.). **Paulo Freire no Rio Grande do Sul: legado e reinvenção**. Caxias do Sul: Educus, 2018. p. 199-218.

PITANO, Sandro de Castro; STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini (Org.). **Paulo Freire: uma arqueologia bibliográfica**. Curitiba: Appris, 2019.

Recebido em: 11/06/2020

Aprovado em: 10/07/2020